

## **REFORMAS EDUCACIONAIS**

As quatro décadas que a historiografia convencionou chamar de Primeira República no Brasil – as de 1890, 1900, 1910 e 1920 – testemunharam uma movimentação importante no campo educacional. Nas três primeiras, colocaram-se os ingredientes que iriam temperar a retórica de uma intervenção política que na última delas teve a chance de se manifestar de forma mais organizada, e em âmbito nacional. Entre esses ingredientes figurava a associação entre educação e trabalho, que se apresentou com uma dupla face: a necessidade de educar o indivíduo para uma sociedade livre, não escravista, e de alterar a feição negativa de que se revestia a atividade laboral.

O Brasil da Primeira República era um país com uma população em crescimento que somava 17 milhões de habitantes em 1900 e aumentaria cerca de dez vezes até o ano 2000. O que mais contribuiu para o crescimento acelerado da população brasileira até meados do século XX foram fatores externos: o tráfico de escravos africanos até 1850, e a forte imigração entre 1870 e 1960. Portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses foram os grupos mais numerosos, que, atraídos pela lavoura cafeeira do Sudeste, e pelas áreas de colonização do Sul do país, viram na terra brasileira a possibilidade de reconstrução de suas vidas.

O Brasil do início da República era um país eminentemente rural (60% da população), recém-saído de um longo período de escravidão (mais de três séculos até a abolição da escravatura em 1888), com taxas de analfabetismo da ordem de 75% da população. O cenário de analfabetismo era homogêneo, com índices muito próximos do Norte ao Sul do país, excetuando-se a cidade do Rio de Janeiro, onde a taxa rondava os 45%. Embora fosse majoritariamente rural, o Brasil já tomava contato com a aceleração urbana e, simultaneamente, com a precariedade do investimento escolar. Demandava-se qualificação para o trabalho industrial e urbano, mas também para os que iriam para a lavoura. Era preciso definir como se realizaria o trabalho no mundo rural, até então associado ao escravo, mas agora tarefa de trabalhadores livres. Estes foram os pontos fortes que

justificaram as propostas de reforma e de investimento em educação na Primeira República.

Em todo o país surgiram na época educadores que, com seus experimentos empíricos, constituíram um verdadeiro laboratório de reformas, ideias e projetos, inspirados em sua grande maioria em modelos estrangeiros. Mobilizaram-se então “os cientistas da pedagogia”, empunhando a bandeira da educação como meio de superar os obstáculos que impediam o país de avançar. As questões da educação e da saúde foram identificadas como cruciais, e prova disso foi o ministério criado ao final do período, em 1930, para enfrentá-las: o Ministério dos Negócios Interiores da Educação e Saúde.

Alguns dos efeitos da avaliação sobre o despreparo da população para a convivência em sociedade livre foram traduzidos em iniciativas de educação moral, orientação de higiene e saneamento. Fazia parte do projeto de valorizar a atividade produtiva a ideia de que era preciso educar os indivíduos moralmente, preparando-os para a disciplina do trabalho e modelando seu comportamento para o respeito às leis e aos códigos de conduta. Trabalho e moralidade, moralidade pelo trabalho, higiene corporal e mental, disciplina e respeito à hierarquia compuseram o ideal de construção da nação republicana a ser perseguido. A distância entre o ideal e as manifestações de despreparo e aglutinamento da população em espaços inadequados, desprotegidos, inóspitos, serviu de combustível a propostas de reformas educativas movidas pelo sentido de urgência, nem sempre a melhor companhia do desempenho educacional.

Os que habitavam o mais baixo degrau da hierarquia eram exatamente os menos protegidos de toda sorte de preconceitos, atendimento ou atenção do poder público. O Brasil entrou no século XX como uma sociedade altamente estratificada, governada por uma pequena elite, em sua maioria branca. As idéias de que o trabalho conformaria mentalidades ordeiras e mais disciplinadas, e de que a fixação no solo evitaria convulsões urbanas, sustentaram o ideal republicano que transpareceu nos programas de reformas então propostos.

A atmosfera forjada nas décadas de 1890 e 1900 deu origem a iniciativas de cunho político

organizacional – as reformas educacionais que se espalharam pelo país nas décadas de 1910 e 1920 –, e a um projeto de natureza cívica – de que foi exemplo a Associação Brasileira de Educação (ABE), criada no Rio de Janeiro em 1924. A expressão cunhada por Jorge Nagle, “entusiasmo pela educação”, traduz a adesão coletiva à bandeira da educação então empunhada. Já a expressão “otimismo pedagógico” se refere ao poder da educação especializada, moldada segundo avanços científicos do campo pedagógico e voltada para a formação de um homem novo para uma sociedade nova. O caráter cívico prevaleceria neste tipo de abordagem.

O conjunto de reformas educacionais promovidas em muitos dos estados da Federação, assim como a disseminação dos ideais propagados pela ABE, fortaleceu a crença de que a Primeira República protagonizou uma revolução no campo da educação pública no país. Os movimentos de reforma, iniciados em 1890, alguns de âmbito federal, outros de âmbito estadual, ajudam a compreender a intensa mobilização então ocorrida.

#### AS DÉCADAS DE 1890 E 1900

*Reforma Benjamin Constant (1890)* – Militar e político, Benjamin Constant foi professor de matemática, fundador da República e o primeiro ministro da Guerra do regime inaugurado em 15 de novembro de 1889. Ao ser criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, em 19 de abril de 1890, coube-lhe chefiá-la. Promover a instrução e viabilizar a comunicação no recente território republicano eram os desafios da nova pasta. Como republicano convicto, Benjamin Constant defendia o ensino leigo e livre em todos os graus, sendo o primário, gratuito. O ensino primário não deveria ser apenas preparatório, mas uma ponte para a ascensão ao ensino superior. Pelo projeto da reforma que pretendia executar, maior atenção deveria ser dada ao ensino científico em contraponto à orientação literária, que, em sua avaliação, prevalecia na rede de ensino impedindo o avanço da educação no país. Os estados brasileiros eram desiguais educacionalmente. Prevalecia a desregulamentação educacional iniciada na Constituição de 1823. As escolas públicas existentes nas cidades eram frequentadas pelos filhos das

famílias de classe média. Os ricos não enviavam os filhos às escolas públicas, valendo-se ora de preceptores, geralmente estrangeiros, ora de escolas privadas.

A Reforma Benjamin Constant, instituída pelo Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890, teve como particularidade a montagem de uma diretriz educacional que abrangia todos os níveis de ensino. O nível secundário foi o mais atingido, e o Ginásio Nacional – até 1889 Imperial Colégio de Pedro II, e a partir de 1911 novamente Colégio Pedro II – foi o mais afetado pelas alterações previstas pelo novo arranjo. Durante o Império, qualquer estudante que pretendesse o certificado de conclusão do ensino secundário, condição necessária ao ingresso no ensino superior, deveria requerê-lo ao Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Restavam às províncias os exames parcelados preparatórios, que eram feitos em geral nas próprias faculdades de ensino superior. Antes mesmo da promulgação da Constituição de 1891, Benjamin Constant estabeleceu o Ginásio Nacional como modelo e padrão do ensino secundário a ser ministrado em todo o país e instituiu a obrigatoriedade dos exames de madureza, que ofereceriam aos alunos o certificado de conclusão do ensino secundário, permitindo-lhes candidatarem-se ao ensino superior. Segundo o decreto, quando os estados tivessem organizado estabelecimentos de ensino secundário segundo o plano do Ginásio Nacional, seus exames de madureza dariam o mesmo direito à matrícula nos cursos superiores. A reforma é lembrada também por ter estabelecido o processo educativo sob o modelo seriado e por ter ampliado o currículo das escolas brasileiras, incentivando o enciclopedismo. Inspirado pelo positivismo de Augusto Comte, Benjamin Constant se bateu pela substituição do ensino acadêmico por um conjunto mais amplo de ensinamentos, com a inclusão de disciplinas científicas, rompendo drasticamente com a tradição do currículo clássico jesuítico. A reforma, submetida ao Congresso Nacional, ficou por nove anos sujeita aos adiamentos e alterações que modificaram substancialmente o plano original.

*Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (24 de fevereiro de 1891)* – O texto constitucional, em oposição à tradição do ensino religioso, determinava que “será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos” (Art. 72, §6º).

*Reforma Epiácio Pessoa (1901)* – Ministro da Justiça e Negócios Interiores do governo Campos Sales – pasta que a partir de 1892 passou a abranger os serviços de educação e saúde pública –, Epiácio Pessoa promoveu em 1901 uma reforma do ensino que propiciaria a concretização do idealismo de Benjamin Constant, corrigindo e adaptando a reforma deste às realidades regionais. A educação nacional deveria priorizar a formação secundária, visando a consolidar a estrutura seriada do modelo educacional. Até aquele momento, o ensino era desvinculado da frequência obrigatória, prevalecendo na prática os exames preparatórios, que davam aos alunos a oportunidade de acesso ao conhecimento pela via seriada ou através de estudos individualizados e orientados fora das escolas. Tal proposição criava uma contraditória possibilidade de aquisição de conhecimento, com ou sem escola, o que acabou enfraquecendo o próprio espírito reformador proposto, ora afirmando o valor da instituição escolar, ora negando-o pelo mesmo princípio. Epiácio Pessoa reinstituíu o exame de madureza por considerar inócua a Reforma Benjamin Constant, de tão modificada que foi pelo Congresso Nacional. Estendeu também o privilégio da equiparação ao Ginásio Nacional não mais apenas aos liceus, mas a qualquer instituição de ensino secundário, estadual, municipal ou particular. O exame de madureza foi mantido sob o argumento de elevar a qualidade de ensino.

#### A DÉCADA DE 1910

*Reforma Rivadávia Correia (1911)* – Ministro da Justiça do governo Hermes da Fonseca, Rivadávia Correia foi o responsável pela Lei Orgânica do Ensino Superior e Fundamental, aprovada pelo Decreto nº 8.659, de 5 de abril de 1911, que revogou formalmente a reforma anterior, de Epiácio Pessoa. A nova lei eliminou o exame de madureza e a equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário ao Colégio Pedro II. Por ela, o Estado retirou toda e qualquer interferência no setor educacional. Ficou estabelecido um ensino completamente livre, e foi abolido o reconhecimento oficial de certificados dos cursos secundários das escolas equiparadas. Foram também abolidos os certificados de conclusão do Colégio Pedro II, expedidos por quase um século, e extintos

os exames preparatórios parcelados feitos junto às faculdades, que de certa maneira atestavam os estudos secundários. Dali em diante, não seria mais preciso comprovar estudos secundários. As faculdades interessadas em receber alunos promoveriam o exame de admissão. A Reforma Rivadávia Correia ficou marcada na historiografia da educação como aquela que resultou em desregulamentação excessiva, propiciando o caos na educação nacional com a omissão completa do Estado em sua condução.

*Reforma Carlos Maximiliano (1915)* – Ministro da Justiça do governo Venceslau Brás, Carlos Maximiliano promoveu em 1915 mais uma reforma educacional que voltou atrás em decisões tomadas pela Reforma Rivadávia Correia e estabeleceu outros tantos encaminhamentos. Os pontos mais importantes desta reforma podem ser assim sintetizados: a) foram restaurados os certificados de conclusão do curso secundário expedidos pelo Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, reconhecidos pelo governo federal; b) foi reinstituída a possível equiparação de outros estabelecimentos de ensino ao Colégio Pedro II, desde que fossem estabelecimentos públicos estaduais; c) foram reinstituídos os exames preparatórios parcelados, pelos quais os estudantes não matriculados em escolas oficiais poderiam obter certificados de estudos secundários reconhecidos pela União; d) foi mantida da reforma anterior apenas a eliminação dos privilégios escolares. Além de possuir um certificado de conclusão reconhecido pela União ou um certificado de aprovação nos exames preparatórios, para entrar no curso superior o aluno teria que prestar também um exame vestibular. A Reforma Carlos Maximiliano, portanto, reoficializou o ensino, restabelecendo a interferência do Estado eliminada pela reforma anterior.

#### A DÉCADA DE 1920

*Reforma Sampaio Dória em São Paulo (1920)* – Antônio Sampaio Dória assumiu a Diretoria da Instrução Pública do Estado de São Paulo em 1920. A situação do ensino primário era então extremamente deficitária, quadro que se agravava ano a ano com o aumento da população em idade escolar. O atendimento mínimo de uma demanda crescente implicava que se duplicasse a rede de escolas existentes. Não havia qualquer

chance de financiamento em tamanha proporção. Como realizar os princípios democráticos com um índice de analfabetismo e ignorância na extensão do que se apresentava no estado? De que forma consolidar a participação política com um povo que não sabe ler, nem escrever, não conhece as operações aritméticas mais simples? As perguntas que se fazia Sampaio Dória inspiraram uma reforma que passou à historiografia da educação como um desastre pedagógico. A reforma consistia na reorganização do ensino primário de forma que a obrigatoriedade escolar não mais começasse aos sete anos, e sim aos nove. Em sua concepção, concentrado em um período curto, o ensino poderia se estender a todos e ser assim democratizado. O dilema formulado situava-se entre manutenção do privilégio de alguns com a situação anterior, e a ampliação para todos do direito ao mínimo. O projeto consistia em reconduzir a educação segundo novos métodos de ensino: alfabetizar em massa as crianças do estado em um curso primário reduzido a dois anos de duração e a duas horas e meia de aulas diárias. Com tais medidas acreditava-se no aumento do número de vagas e na aceleração do processo de alfabetização e de escolarização pública.

*Reforma Carneiro Leão no Rio de Janeiro (1922-1926)* – Antônio Arruda Carneiro Leão, intelectual e autor de vários livros no campo da educação, conduziu duas experiências de reforma educacional, uma no Rio de Janeiro e outra em Pernambuco. Desde a primeira delas, a dualidade do sistema educacional – uma escola básica fraca, destinada às classes populares e sob a responsabilidade dos municípios e dos estados, e um ensino secundário e superior destinado às elites, patrocinado pelo governo federal – foi um dos alvos de sua crítica. Assim também, a orientação literária e teórica do ensino. A sociedade urbano-industrial exigia novo tipo de formação não bacharelesca, mais voltada para o processo de industrialização e de urbanização que se acelerava no início do século XX. Educação moral e cívica, educação profissionalizante e orientação sob critérios científicos formavam o tripé sobre o qual a educação deveria ser conduzida. Educação para o trabalho em suas distintas dimensões: trabalho agrícola, comercial e industrial. Era preciso organizar a educação popular, com foco na educação física, em trabalhos manuais e na formação dos professores.

*Reforma Lourenço Filho no Ceará (1922)* – Por solicitação do presidente do Ceará Justiniano Serpa, e por indicação do governo de São Paulo, onde respondia pela cátedra de psicologia e pedagogia na Escola Normal de Piracicaba, o educador paulista Lourenço Filho chegou ao Ceará em 1922 para assumir o cargo não comissionado de diretor de Instrução Pública. Sua missão era reformar o ensino estadual, que então se encontrava em situação de extrema precariedade, com professores semianalfabetos, falta de escolas e uma taxa de analfabetismo na casa dos 80%. Seu primeiro esforço foi levar a educação ao meio rural. Selecionou cem escolas e aplicou nelas o método das escolas das cidades. Promoveu a reforma do curso normal com vistas à formação de professores e adotou procedimentos como a inspeção escolar, o recenseamento escolar e a aplicação de métodos de avaliação com testes de inteligência. Uma de suas maiores preocupações era que os alunos tivessem oportunidades iguais em todos os pontos do país. Para tanto, era preciso unificar métodos de ensino e de avaliação, e não pessoas. Era fundamental o aprimoramento técnico com princípios racionais e científicos. A psicologia fundamentaria o desenvolvimento dos métodos de ensino. O movimento dos testes – medida, escala métrica, inteligência –, com provas breves e objetivas, aplicação de questionários, recursos de psicotécnica para orientação profissional, foi a estratégia utilizada. Os testes ABC – verificação da maturidade necessária para a aprendizagem da escrita e da leitura – ficaram sempre associados ao educador na historiografia da educação. Pedagogia com técnica resume bem o sentido impresso nas iniciativas de Lourenço Filho. Os críticos da reforma levantam a tese de que, embora impactante pelas inovações propostas, a reforma realizada no Ceará em pouco tempo foi perdendo força por não estar em sintonia com demandas da própria comunidade escolar, e por ser fruto de uma decisão política sem o envolvimento da sociedade.

*Reforma Rocha Vaz (1925)* – O professor Rocha Vaz, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, deu nome a uma reforma educacional que foi levada a efeito na gestão de João Luís Alves no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, no governo Artur Bernardes. Esta foi a última reforma a afetar o ensino secundário na Primeira República. Suas marcas

foram, além da criação da disciplina de educação moral e cívica, a continuidade do Colégio Pedro II e sua equiparação apenas aos estabelecimentos de ensino secundário estaduais. A reforma instituiu juntas examinadoras nos colégios particulares para exames de validade igual aos do Colégio Pedro II ou de estabelecimentos equiparados. Foram abolidos os exames preparatórios parcelados. Em seu lugar, seria instituída a obrigatoriedade de um curso ginásial de seis anos de duração, seriado, e de frequência obrigatória. O intuito do ministro era promover uma seriação mais racional das matérias e organizar o ensino com programas e horários mais convenientes. A frequência a uma série dependeria da aprovação na série anterior. A intenção era realçar o aspecto formativo do ensino secundário, o que foi neutralizado por um conjunto de medidas tomadas pelo Congresso Nacional. Conseqüentemente, a reforma não foi totalmente aplicada. Em 1929 ainda existiam escolas com exames preparatórios, sem currículo definido. Seu efeito mais forte foi a moralização do ensino.

*Reforma Góis Calmon na Bahia (1925)* – Francisco Marques de Góis Calmon foi governador da Bahia entre 1924 e 1928. Fez um governo considerado inovador e incorporou à sua administração jovens com formação acadêmica. Anísio Teixeira ocupou o cargo de diretor geral do Ensino, e Nestor Duarte, o de diretor da Administração. A reforma que promoveu foi definida pela Lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925, que dispunha com detalhes sobre os princípios da gratuidade e da obrigatoriedade do ensino e deixava claro que o ensino no estado da Bahia teria como objetivo a educação física, intelectual e moral do indivíduo de modo a formar homens aptos para a vida em sociedade.

*Inquérito sobre Educação Pública em São Paulo (1926)* – De autoria de Fernando de Azevedo, o Inquérito sobre Educação Pública em São Paulo resultou em uma avaliação dos problemas fundamentais do ensino de todos os graus e tipos, e serviu de base para uma campanha nacional em favor de uma nova política de educação e da criação de universidades no país. Três seções compunham o relatório. A primeira era dedicada ao ensino primário e normal; a segunda, ao ensino técnico e profissional, e a última, ao ensino secundário e superior. Cada uma das seções tratava conjugadamente dos níveis ali

contemplados. O inquérito, encomendado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, revelou um quadro sombrio da educação brasileira. A ausência de diretrizes culturais, sociológicas ou científicas no ensino primário e normal, a inexistência de articulação entre a prática educacional e as modernas teorias educacionais, a inércia ou resistência a mudanças do corpo docente diante de renovações necessárias, pedagógicas e metodológicas, foram os pontos de maior destaque na publicação que resultou do inquérito, *A educação na encruzilhada*. A tradição uniformizadora predominante na condução educacional foi considerada pivô da crise que se abatia sobre o campo educacional brasileiro. O relatório salientava a urgência de uma reforma no ensino normal, em geral mais afeito a formalidades do que a conteúdos. O ponto considerado alto na investigação foi a percepção de uma expectativa generalizada de que algo mais profundo deveria ser feito pela renovação educacional no país. Muitos especialistas consideram o inquérito um passo essencial para o que se configurou como Movimento dos Pioneiros da Educação Nova, que teve no Manifesto de 1932 sua expressão documental mais famosa.

*Reforma Francisco Campos e Mário Casassanta em Minas Gerais (1927)* – No governo estadual de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Francisco Campos assumiu em 1926 a Secretaria de Interior. Data de sua gestão a mais importante reforma educacional do estado, que contou com o inspetor geral de Instrução Pública Mário Casassanta. A reforma realizada em 1927 avançou muitos pontos em relação à anterior, de 1925. Francisco Campos orientou e concentrou esforços no ensino público, particularmente na formação e na qualificação de professores e na reestruturação do Curso Normal. Foram pontos de destaque a vinda de professores estrangeiros, a ida de professores mineiros ao estrangeiro, a criação de cursos de aperfeiçoamento e a utilização intensa da *Revista do Ensino*, que teve sua edição fortalecida, como instrumento de orientação e canal de comunicação com os professores de toda a rede de escolas públicas dos municípios. Recém-empossado na Direção de Instrução Pública, em outubro de 1926 Francisco Campos convocou os professores a participar de um congresso onde seria sistematizada a visão dos professores do estado a respeito da educação, e onde o secretário procuraria cooptar o corpo docente

para a condução das alterações que pretendia com a reforma de 1927. A reforma tratou de todos os itens essenciais à reestruturação do ensino primário, desde o estabelecimento de disciplinas, definição de horários, preparação dos professores, até orientações de cumprimento disciplinar e de formação moral e cívica.

*Reforma do Distrito Federal (1928)* – A reforma educacional do Distrito Federal conduzida por Fernando de Azevedo foi considerada uma das mais radicais levadas a cabo no Brasil. Incluiu um grande plano de construções escolares, entre as quais a dos edifícios na rua Mariz e Barros destinados à antiga Escola Normal, depois Instituto de Educação. O Decreto nº 328, de 23 de janeiro de 1928, previa instituição do ensino técnico profissional, do ensino primário e do ensino normal. O objetivo preconizado por Azevedo era preparar gerações para a vida social de seu tempo. Previa-se também a criação de conselhos escolares com ligação com o mundo da produção.

*Reforma Carneiro Leão em Pernambuco (1928-1930)* – A segunda reforma conduzida por Carneiro Leão foi feita quando assumiu a Secretaria do Interior, Justiça e Educação de Pernambuco, no governo de Estácio Coimbra. A reforma estava sintonizada com os princípios defendidos pela Associação Brasileira de Educação. Carneiro Leão criou a Diretoria Técnica de Educação, órgão incumbido de dirigir e orientar a política educacional do estado. A crise de 1929, a deposição de Washington Luís e, conseqüentemente, de Estácio Coimbra em 1930 provocaram, contudo, sua exoneração e a interrupção da reforma.

A Revolução de 1930 iria redesenhar a política nacional. Data desse ano a criação do Ministério da Educação e Saúde, cujo primeiro titular foi Francisco Campos. As perspectivas continuavam, porém, preocupantes: em 1930, a taxa de matrícula nas escolas correspondia a 30% da população em idade escolar.

*Helena Bomeny*

FONTES: BOMENY, H. *Novos*; CARVALHO, M. *Escola*; CARVALHO, M. *Reformas* (p. 225-251); GOMES, A. *Invenção*; GOMES, A. *República*; NAGLE, J. *Educação*; STEPAN, N. *Hora* (p.46).